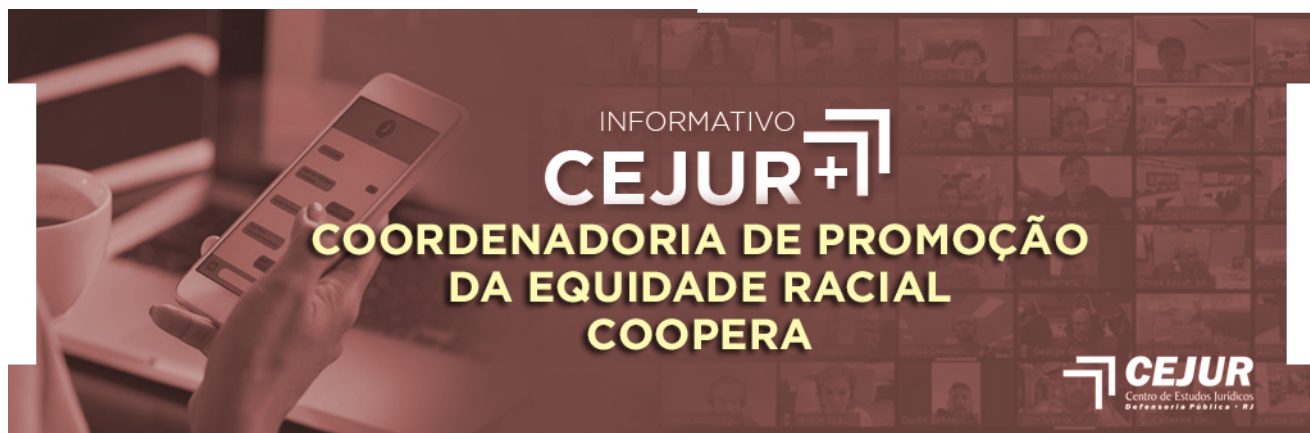


Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



Ano I | Nº. 6 | Quarta-feira, 7 de julho de 2021

Olá! Este é mais um informativo da nova fase do tradicional Cejur Notícias, agora com a participação ativa das Coordenações Temáticas, em edições quinzenais. A vez, nesta edição, é da **Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial - COOPERA**, que apresenta rico material sobre suas atividades e sobre as matérias que lhe dizem respeito. Uma boa leitura para todas e todos.

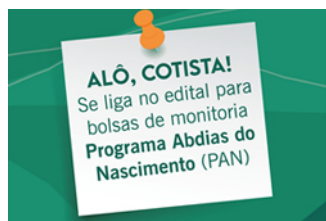
INTERNAS

Campanha #defensoriaantirracista nas redes sociais



Toda 3ª feira, em campanha promovida pela COOPERA, a DPRJ publica em suas redes sociais (Instagram e Facebook) diversas frases de enfrentamento ao racismo estrutural e institucional com o objetivo de gerar reflexão sobre o tema nos públicos interno e externo da Instituição. A Campanha Antirracista teve início com a divulgação de frases de figuras negras referências na produção de conhecimento. Agora, a Campanha tem continuidade com frases das pessoas que integram o Grupo de Trabalho de Monitoramento das Políticas Institucionais de Promoção da Equidade Racial! A primeira frase dessa etapa foi da servidora do Núcleo de Atuação Estratégica de Recursos Extraordinários da Defensoria, lotada em Brasília, Steffanie Resende, que também é integrante do GT.

Programa Abdias do Nascimento oferece bolsas de monitoria para cotistas



Foi lançado no dia 18/06/21 o edital para o Programa Abdias do Nascimento (PAN). A iniciativa tem como objetivo aumentar as oportunidades de acesso aos quadros da Defensoria ao oferecer bolsas de monitoria para cotistas. Ao todo, serão concedidas 12 bolsas, sendo 10 delas destinadas a pessoas negras e indígenas, enquanto 2 serão destinadas a pessoas com deficiência. As pessoas interessadas poderão se inscrever no prazo de três dias após a divulgação do resultado final da prova objetiva preliminar do XXVII Concurso para Ingresso na Carreira da DPRJ. A iniciativa do Centro de Estudos Jurídicos tem o apoio da Fundação Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e é fruto de parceria com a Coordenação de Promoção da Equidade Racial e com o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência. Para mais informações, confira o

[edital](#) na íntegra e para o evento de lançamento clique [aqui](#).

Lançamento cartilha raça/cor



A Defensoria Pública do Rio de Janeiro tem buscado, nos últimos anos, desenvolver ações de enfrentamento ao racismo institucional. Refletindo sobre essa questão, a COOPERA percebeu a importância de traçar diretrizes, orientações aos servidores da Instituição no que tange ao preenchimento do quesito raça/cor dos/as usuários/as da Defensoria. A partir disso, foi elaborada uma cartilha denominada "Diretrizes Para Preencher o Quesito Raça/cor nos Sistemas da Defensoria Pública" que tem por objetivo orientar a coleta da informação com base na autodeclaração do/a usuário/a da DPRJ. O preenchimento adequado do quesito auxiliará a Defensoria, de maneira mais efetiva, a diagnosticar a realidade, as violações e necessidades de cada grupo étnico-racial, contribuindo para a superação das desigualdades decorrentes de vieses inconscientes e implícitos. Confira [aqui](#)

o webinar de lançamento da cartilha raça/cor. Leia mais sobre o lançamento [aqui](#). Confira a cartilha [aqui](#).

I Colóquio Internacional: Racismo Institucional, Sistema de Justiça e Políticas Públicas no Peru e no Brasil



O evento surge de uma parceria entre o projeto Politics, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o Fórum Justiça. O evento ocorrerá, virtualmente, nos dias 8 e 9 de julho de 2021. O Colóquio tem por intuito debater a relação entre o racismo institucional e o Direito, o genocídio da população negra e o antirracismo no Sistema de Justiça. Sob análise: os contextos brasileiro e peruano. A finalidade é visibilizar posições e propostas contra-hegemônicas à narrativa da segurança pública, da diversidade e da interculturalidade, com a participação de acadêmicos (as), movimentos sociais e agentes estatais tanto do Brasil como do Peru. Serão 2 dias de evento, divididos em 4 sessões, transmitidas pelo canal do Youtube da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Para ver a programação completa e se inscrever no evento clique [aqui](#).

1º Censo Étnico-Racial da Defensoria Pública do Rio de Janeiro



breve divulgaremos os resultados.

O 1º Censo Étnico-Racial da DPRJ foi encerrado em junho, obtendo o total de 1.157 respostas de integrantes da nossa Instituição. Agora está em fase de análise e elaboração do relatório. O censo tem por principal objetivo produzir um diagnóstico da composição racial e social da Instituição, de como seus/suas integrantes enxergam a dinâmica das relações raciais e, a partir desse levantamento, planejar políticas públicas eficazes para um ambiente de maior diversidade e mais democrático racialmente. A partir desse diagnóstico, teremos um mapa étnico-racial da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que possibilitará um melhor conhecimento dos sujeitos que integram os quadros da instituição e, sobretudo, das dinâmicas raciais envolvidas nas relações de trabalho e na própria prestação do serviço público de assistência jurídica. Agradecemos a todos/as pela participação e em

Acesso Restrito - Aba Nucora



Você sabia que no acesso restrito, na aba Nucora, há uma lista com diversos documentos relacionados à temática racial? Nessa aba, você encontra desde convenções internacionais, legislação nacional, pesquisas realizadas pela DPRJ até modelos de petições iniciais. Confira [aqui](#)!



Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância



Mais um passo importante foi dado no combate ao racismo estrutural da sociedade brasileira: a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância foi promulgada pelo Congresso Nacional em 19/02/21 e ratificada por decreto presidencial no dia 12/05/2021. A Convenção ingressou no ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, passando a integrar o bloco de constitucionalidade. A referida Convenção, aprovada em 2013, na Guatemala, durante a 43ª Sessão Ordinária da OEA, apresenta conceitos importantes como “discriminação”, “discriminação indireta”, “discriminação múltipla ou agravada”, “ação afirmativa”, entre outros. Para saber mais, clique [aqui](#). Confira a íntegra da Convenção clicando [aqui](#).

Programa de Cotas da Fesudeperj

Considerando a necessidade de implementar ações afirmativas de combate às desigualdades estruturais, a FESUDEPERJ lançou, no mês de junho, 4 editais de seleção e ingresso no regime de cotas em seus Cursos Preparatórios. Ao todo, foram ofertadas 205 bolsas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e com hipossuficiência econômica. As vagas são direcionadas às pessoas que tiveram suas inscrições deferidas no XXVII Concurso para concorrer às vagas destinadas a pessoas negras e indígenas, com deficiência e hipossuficientes. A iniciativa considera a necessidade de ações inclusivas por parte da DPRJ e dialoga diretamente com o GT Coopera e com o GT de Ações Afirmativas, que têm como objetivo ampliar a democratização dos debates e o combate à desigualdade racial e de gênero.



DOCTRINA DINÂMICA

“De George Floyd ao Jacarezinho: antecedentes criminais não concedem licença para matar”, por Daniele Silva



Diante dos desdobramentos da operação policial na Comunidade do Jacarezinho, ocorrida em 06/05/2021, que vitimou 28 pessoas, a Coordenadora da Coopera Daniele Silva assinou artigo “De George Floyd ao Jacarezinho: antecedentes criminais não concedem licença para matar”. A autora faz uma reflexão sobre a violência estatal amparada no racismo institucional dos mecanismos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro que culminou na condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (caso favela Nova Brasília). A necropolítica voltada para o genocídio da juventude negra é o combustível para uma série de chacinas ocorridas em favelas do Rio de Janeiro desde o final do século XX. O artigo foi publicado no Blog da Rede de Observatórios de Segurança e pode ser acessado clicando [aqui](#).

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Lei n. 9.271/21 - publicada em 06 de maio de 2021, trazendo alterações na Lei 5931/11 que trata sobre a criação de delegacias de crimes raciais e delitos de intolerância – Decradis –, ou de núcleos especializados. Prevê, ainda, que enquanto não dotadas da infraestrutura administrativa necessária ao desempenho de suas atividades, poderão solicitar apoio a outras unidades de polícia administrativo-judiciária da Polícia Civil.

Lei n. 9.276/21 - publicada em 18 de maio de 2021, dispõe sobre a elaboração de relatório com estatísticas relacionadas à discriminação contra indivíduos ou grupos em razão da sua etnia, raça, cor, classe social, sexualidade ou por intolerância religiosa, ocorrida no Estado do Rio de Janeiro. O Instituto de Segurança Pública deverá elaborar anualmente um dossiê estatístico sobre casos de discriminação ocorridos no estado. Importante iniciativa legislativa, visto que é necessário um perfilamento racial e social para que se compreenda a forma de violência sofrida por cada grupo em situação de vulnerabilidade e, a partir desses dados, se implementem políticas públicas eficazes no combate aos diversos tipos de discriminação a que estão sujeitos os grupos em situação de vulnerabilidade.

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

STJ reconhece a imprescritibilidade do delito de injúria racial



A 6ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, em 16 de junho de 2020, negou, por unanimidade, provimento a um agravo regimental em Recurso Especial em um processo referente ao delito de injúria racial. No caso em pauta, a Agravante contestava a tese da imprescritibilidade do delito de injúria racial, alegando que diversas Cortes Estaduais possuem entendimento diametralmente oposto, entendendo pela prescrição da pretensão punitiva relacionada ao delito em questão. Contudo, a 6ª Turma do STJ entendeu de forma diferente, destacando que, com o advento da Lei n. 9.459/97, que introduziu a injúria racial, foi criado mais um delito no cenário do racismo e, sendo assim, imprescritível, inafiançável e sujeito à pena de reclusão. Para consultar o inteiro teor do acórdão clique [aqui](#).

LEITURAS RECOMENDADAS

“Quando me descobri negra”, por Bianca Santana



Bianca Santana inicia sua obra composta de uma série de relatos sobre experiências próprias ou ouvidas de outras mulheres e homens negros com a seguinte sentença “Tenho 30 anos, mas sou negra há dez. Antes, era morena.” De forma lúdica e, ao mesmo tempo, perspicaz, denuncia o racismo velado cotidiano, brasileiro, desde um “simples” alisamento de cabelo chegando à discussão em torno da opressão policial e profissões subalternizadas. Em seu livro, Bianca narra como se descobriu negra: um processo inicialmente doloroso e depois libertador. Através de sua vivência e experiência, apresenta um processo contínuo de rompimento de imposições sobre a negritude e de verdadeira quebra de muros edificados à força que a impedem de ter um

olhar positivo sobre si mesma. A partir de tudo essa reconstrução de seu ser, ressignifica-se por completo.

“Colorismo”, por Alessandra Devulsky

O livro “Colorismo”, escrito por Alessandra Devulsky, aborda um tema que gera certa angústia para entendermos como se deu a construção da sociedade brasileira e a dinâmica das suas relações. A autora aborda aspectos internos do colorismo, sua introjeção, até o seu caráter estrutural, tão presente em nossa sociedade como o racismo. As implicações do colorismo no mundo do trabalho e na dinâmica das relações de poder são investigadas a fundo, a fim de deixar nítido que a mestiçagem e sua origem violenta continuam repercutindo e exercendo forte papel no Brasil. A distinção entre pessoas negras claras e retintas, capaz de desmobilizar o necessário reconhecimento e união entre os sujeitos com traços de africanidade, e enfraquecer a luta antirracista, é analisada pela autora, que conclama a força política mobilizadora que pode advir do questionamento do colorismo, que estratifica os negros a partir de um olhar forjado no seio da supremacia branca. Além disso, a autora discute o colorismo a partir do feminismo negro com o intuito de investigar sua repercussão nos aspectos afetivo e político de formação das mulheres negras.



ESPAÇO CULTURAL

Seminário Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África



No período que vai do dia 01/07 ao dia 29/07 haverá o Seminário Territórios Negros, via Symppla Streaming, ao longo de vários dias. O projeto “Territórios Negros: Patrimônio e Educação na Pequena África” tem por objetivo contribuir para a ampliação do debate em torno do território da Pequena África, buscando consolidar e valorizar a produção, teórica e prática de profissionais e acadêmicos da Arquitetura e Urbanismo, bem como outros (as) profissionais e agentes interessados (as) na área de patrimonialização na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. O evento é gratuito e aberto ao público. Para mais informações, clique [aqui](#).

Programa de Educação Continuada

Atenção aos cursos em matéria de Defesa dos Direitos da Mulher que estão disponíveis em nossa plataforma para todas as pessoas que integram a DPRJ. Acesse pelos links indicados abaixo. E para conferir todo o conteúdo da plataforma clique em www.pec.defensoria.rj.def.br.



Curso Formação em relações étnico-raciais: o curso, composto por 4 aulas, ministrado pela professora Ana Carolina Mattoso, mestre e doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional, ajudará a compreender melhor como funcionam as dinâmicas raciais e como o racismo se opera. Participe! Para se inscrever, clique [aqui](#).



Capacitação Verde - preenchimento do quesito raça/cor: temos uma capacitação de apenas 1 hora, com a defensora pública Lívia Casseres, à época Coordenadora da COOPERA, sobre importantes diretrizes para o preenchimento do quesito raça/cor. Inscreva-se [aqui](#).



Capacitação - atendimento com atenção às questões raciais: no dia 16/04/21, a Coordenadora da COOPERA, defensora pública Daniele Silva, ministrou uma aula orientando como deve ser o atendimento aos/as usuários/as da DPRJ com atenção às questões raciais. A aula faz parte de uma capacitação voltada ao atendimento a grupos vulneráveis. Para se inscrever, clique [aqui](#).

Colabore com o “CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS”

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para secjur@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!

